

**ATA**

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte reuniu, por videoconferência, o Executivo Camarário, com a participação dos Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara saudou os Vereadores, o secretariado da reunião de Câmara e representantes da comunicação social. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador André Coelho Lima – Referiu a proposta sobre o acesso dos representantes dos órgãos de comunicação social às reuniões de Câmara, que vem a esta reunião para votação, dizendo que a alteração introduzida vem ao encontro daquilo que defende, e que havia pedido ao Presidente da Câmara na última reunião, pelo que os vereadores da Coligação vão votar a favor, o que não ocorreria caso a proposta mantivesse a redação inicial. Agradeceu o acolhimento do seu parecer, considerando positivo quando são dados passos para uma maior transparência e para o normal funcionamento da democracia, sendo, assim, dada aos órgãos de comunicação social a possibilidade de difundir pela comunidade o trabalho realizado pelos membros da Câmara Municipal. -----

2. Vereador António Monteiro de Castro – a) – Disse que a humanidade está a atravessar um período especial combatendo um violento e microscópico vírus que veio alterar radicalmente os hábitos e rotinas das pessoas ao mesmo tempo que se celebra o ponto mais alto da vida religiosa e espiritual da maioria dos portugueses, a Semana Santa e a Páscoa, uma ocasião especial de união e de reflexão; **b)** - Fez uma intervenção sobre as contas da VIMÁGUA, que vêm a esta reunião para conhecimento, lendo, em voz alta, um documento cujo texto a seguir se transcreve: “No ponto um do período de informações que se segue é-nos apresentado o Relatório e Contas do ano 2019 da empresa Vimágua responsável pelas gestão do mais importante serviço municipal que é a captação, o tratamento e a distribuição de água à população, assim como a coleta das águas residuais e sua devolução à rede em alta, responsável pela sua condução e tratamento nas estações. Para além da importância que decorre deste papel que tem no serviço aos munícipes é também importante pelo seu volume de negócios próximo dos 19.000.000 de euros. Da leitura do referido relatório ressaltam alguns aspectos merecedores de reflexão: **1. Resultados líquidos – Queda** - Assim e desde logo os seus resultados líquidos que passaram de 1.342.000€ em 2018 para apenas 349.000€ em 2019, isto é, aproximadamente menos um milhão de euros; **2. Contrapartida Municipal – Queda** - Depois a implicação que essa situação provoca nas receitas do município por via da redução da contrapartida que lhe cabe pela cedência para utilização das infraestruturas de água e saneamento a qual, tal como está estabelecida no contrato de gestão, correspondem a 90% dos 49,37 % dos resultados antes de impostos e sem a contrapartida, o que significa que o município passa de uma receita de 1.514.000€ em 2018 para 471.000€ em 2019, isto é, menos 1.043.000€; **3. Perdas de água elevadas** - Verifiquei também haver um grande volume de água perdida já que o volume de água captada foi de



11.

10.262.200 M3 e o volume de água faturada de apenas de 6.662.764 M3 o que significa uma perda de 35,07%, valor muito elevado quando nos comparamos, por exemplo, com o município vizinho de Braga com perdas inferiores a 20%. Na verdade, apesar dos investimentos ocorridos em 2019, na ordem de 856.000€ com vista a redução das perdas, com instalação de "Zonas monitorizadas e controle" e com a substituição de contadores, estamos ainda muito longe de perdas com um valor aceitável. Tais perdas ocorrem, como é sabido, ou nas redes obsoletas em fim de vida, ou por haver água consumida e não faturada em consequência de fraude ou de contadores avariados.

4. Acréscimo dos Gastos com o serviço de Tratamento de Águas Residuais - Um outro aspeto a merecer atenção foi o acréscimo dos gastos com o serviço de tratamento de águas residuais que passou de 4.845.000€ para 6.830.000€ isto é, aproximadamente mais 2.000.000€ que têm como consequência em menos um milhão de euros para o município de Guimarães a título de contrapartida pelo uso da infraestrutura, e menos um milhão de euros de lucro para a empresa Vimágua. Tal aumento, de 2.000.000 de euros com o tratamento de águas residuais, decorre, segundo o relatório: a) Encaminhamento para a rede de um caudal de 3000 m³ por mês de águas residuais que estavam a ser descarregadas na Ribeira de Couros através da rede pluvial; b) Encaminhamento para a rede de um caudal 2500 m³ por mês de águas residuais que estavam a ser descarregadas na Ribeira de Santa Luzia; c) E sobretudo pela decisão conjunta da ERSAR (Entidade Reguladora) e da empresa **Águas do Norte** de substituir o método de faturação até então utilizado assente no rendimento tarifário pelo método dos caudais tratados. Senhor presidente, Senhoras e senhores vereadores, até que enfim que parece ter sido encontrado o mecanismo que poderá, num curto espaço de tempo, resolver o problema dos derrames de águas residuais nas linhas de

água do nosso território municipal, aqueles que volta e meia acontecem quando somos confrontados com chuvadas muito intensas e que fazendo saltar as tampas das caixas de alguns dos interceptores descarregam os esgotos nos nossos rios e ribeiros. Na verdade, agora com a faturação efetuada com base nos caudais tratados, o nosso município, se quiser ser amigo do ambiente e amigo dos cofres municipais, cuidará de eliminar as entradas das águas pluviais na rede de águas residuais, deixando para os interceptores a missão que lhes cabe que é de transportar apenas as águas residuais para as estações de tratamento não ficando sobrecarregadas com as águas das chuvas. Bem razão tínhamos nós, quando afirmávamos que a responsabilidade pelos vários incidentes de poluição originados pela descarga de águas residuais nos rios, provenientes dos interceptores em sobrecarga, são do nosso município e não a empresa Águas do Norte, já que a solução passa por intervir na coleta da rede de águas residuais, propriedade do município e única entidade que nela pode mexer. Obrigado.”

3. Vereador Hugo Ribeiro – a) - Começou por enviar os sentidos pêsames a todas as famílias das vítimas mortais de SARS - CoS-2 (COVID -19), que, além da dor da perda, se vêm impedidas de acompanhar ou realizar cerimónias de despedida dos seus entes queridos; **b)** - Referiu as contas da Cooperativa Taipas Turitermas que vêm a esta reunião para conhecimento e cujo resultado líquido se deve à ajuda do Município de Guimarães, nomeadamente através de um aumento da comparticipação municipal em €140.000,00, transferido ao abrigo do contrato programa celebrado. Recordou que esta Cooperativa foi recentemente notícia pelas piores razões, dizendo que o Presidente da Câmara deve estar atento ao funcionamento do setor empresarial local. -----

4. Vereador Ricardo Araújo – Cumprimentou todos, dizendo sentir já saudades da reunião presencial que, para além de outras virtudes, permite



Lr.

mu

ver qual o resultado de cada intervenção nos outros, manifestando esperança de que este período seja rapidamente ultrapassado para, de novo, se voltarem a encontrar. A seguir, perguntou qual estava a ser o impacto da pandemia de COVID-19 nas empresas municipais e cooperativas e qual iria ser a posição da Câmara Municipal, designadamente quanto à forma de intervir e mesmo apoiar face à redução da atividade e respetivas receitas. -----

5. Vereador Bruno Fernandes – a) - Disse querer deixar um voto de congratulação pelo trabalho dos colaboradores da Autarquia, designadamente do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), bem como dos profissionais de saúde que, por esta altura, combatem a pandemia; **b)** – Recordou que o Município de Guimarães decretou, pela primeira vez, o estado de emergência municipal, inédito na história vimaranense, o que obriga a medidas excecionais e respostas suplementares. Assim, considerou que o Gabinete de Crise e Transição Económica (GCTE), recentemente criado, deveria ter uma configuração que obedecesse a uma estratégia e um comando que conheça os serviços municipais e os meios que estão ao dispor, com capacidade de resposta e decisão muito rápida. Respeitando a personalidade escolhida – o Professor António Cunha – considerou que, perante a exigência que se antevê, o referido Gabinete devia ser liderado pelo Presidente da Câmara ou, então, pelo Vereador da área do desenvolvimento económico, dando, assim, um sinal claro à comunidade de que produzirá resultados. Sobre o Plano de Ação do GCTE, começou por dizer que este é um momento de salvar vidas, mas também de salvar empresas, na sequência de uma crise sanitária, mas também económica que já se instalou. Disse que este documento representa um conjunto de intenções, focado na estratégia do Município, com a reconversão do tecido industrial, mas desprovido de características de intervenção rápida, como um

plano de emergência, com medidas de curto prazo. Assim, referiu as medidas de curto prazo que o setor produtivo precisa, exemplificando com as dificuldades que estão a ser sentidas nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, na restauração, nos serviços e no comércio tradicional. Considerou que este Plano de Ação está muito incompleto, faltando-lhe objetividade, concluindo que os Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico do Município elaborariam um documento mais objetivo e eficaz, contendo ações imediatas. Defendeu que o documento em causa deveria contemplar medidas a executar nos próximos 6 meses, afirmando-se como um observatório diário da pandemia económica, um conselheiro junto de empresários e propondo medidas concretas ao Governo. Referiu, por exemplo, não estar contemplada, no Plano de Ação, qualquer medida sobre impostos, nomeadamente sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis ou a Derrama. Acrescentou que o Plano de Ação tem 5 medidas de curto prazo e 10 de médio prazo, defendendo que devia ser exatamente o contrário, já que as medidas necessárias são de curto prazo. Partilhou a informação de que a Delegação de Guimarães do Instituto de Emprego e Formação Profissional registou, na última semana, cerca de 500 solicitações de subsídio de desemprego, tendo concluído que o que vem aí não é bom, pelo que aconselhou o Presidente da Câmara a agarrar este problema, já que os tempos exigem lideranças presentes e eficazes. Por último, disse que os municípios têm um papel importantíssimo nas ações de combate ao COVID-19 lembrando, a propósito, as medidas tomadas pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto. -----

6. Vereadora Sofia Ferreira – Deu conta do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), referindo a ativação, em 27 de março, do Plano de Emergência Municipal e, consequentemente, o funcionamento permanente do posto de comando



L.

operacional municipal, 7 dias por semana, 24 horas por dia. Informou, ainda, ter sido ativada a Subcomissão da Proteção Civil de acompanhamento à situação COVID-19 que reúne diariamente para avaliação e monitorização das medidas tomadas e a implementar, procurando corresponder aos desafios colocados por esta pandemia. Referiu o apoio dado à criação, no Centro de Saúde da Amorosa, da Área Dedicada para avaliação e tratamento de doentes COVID-19, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave, à instalação de uma unidade de rastreio para deteção de casos de COVID – 19 junto do Pavilhão Multiusos, em articulação com a Administração Regional de Saúde do Norte, bem como da unidade de triagem do hospital de campanha junto das instalações do Hospital Senhora da Oliveira. Referiu a estreita colaboração com a CERCIGUI para a disponibilização de um espaço de acolhimento para os Sem Abrigo e a parceria com a Congregação do Verbo Divino na disponibilização do edifício do Seminário do Verbo Divino para centro de acolhimento em isolamento destinado a assegurar o isolamento profilático de pessoas sem retaguarda familiar ou sem condições de habitação para o efeito. Salientou, ainda, a criação de um centro de acolhimento em isolamento no Centro de Criação de Candoso, estando, igualmente, identificadas duas unidades hoteleiras que se disponibilizaram a ceder um total de 83 quartos, caso venha a ser necessário. Mencionou o reforço na limpeza e desinfeção do espaço público do concelho, incluindo a área do Estabelecimento Prisional de Guimarães. Informou que o SMPC tem procedido à distribuição de equipamento de proteção individual junto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e profissionais de saúde, mencionando, a propósito, a entrega de equipamentos de desinfeção para ambulâncias e áreas fechadas (Canhão de Ozono) aos Bombeiros Voluntários de Guimarães e Caldas das Taipas e às forças de segurança, referindo que idêntico equipamento vai ser

disponibilizado aos Bombeiros Voluntários de Vizela, Vila das Aves e Riba d'Ave, corporações cujas áreas de atuação integram freguesias de Guimarães. Referiu a estreita colaboração com os Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico na angariação de produtos têxteis-lar, quer para os equipamentos de acolhimento e de isolamento profilático acima referidos, quer para o hospital de retaguarda a instalar no Multiusos de Guimarães. Disse que a coordenação com a Comissão COVI-19 do Hospital Senhora da Oliveira é constante, assim como com todos os agentes da proteção civil. Por último, realçou o trabalho que está a ser desenvolvido por uma rede de voluntários devidamente preparados, em articulação com a Cruz Vermelha Portuguesa, para apoio local sempre que necessário. -----

7. Presidente da Câmara – a) – Sobre a realização e funcionamento das reuniões de Câmara disse que o processo é dinâmico, que pode sempre evoluir, realçando que a intenção foi sempre de que as reuniões por videoconferência fossem análogas, na sua essência, às reuniões presenciais, **b) -** Quanto à VIMÁGUA, disse ter considerado a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro uma excelente reflexão, acrescentando que era necessário recordar/esclarecer a questão do desvio das águas pluviais para os coletores das águas residuais que, na opinião demonstrada, constituiria um problema do Município. Assim, considerou esta análise e conclusão erradas, já que a Águas do Norte entende que a referida derivação é da responsabilidade de três entidades, Águas do Norte, Vimágua e Câmara Municipal para o que defendeu uma maior monitorização e conservação dos coletores para evitar abatimentos e entupimentos. Referiu que o investimento feito pela VIMAGUA no encaminhamento para a rede de águas residuais de caudais que estavam a ser descarregados, quer na Ribeira de Couros, quer na Ribeira de Santa Luzia, e outras linhas de água, constitui um passivo ambiental de muitas dezenas de anos, agora a ser corrigido em



1.

benefício do meio ambiente. Disse ter sido constituído um grupo de trabalho, liderado por um técnico especializado da Águas do Norte, para estudarem e apresentarem um Plano de Ação para as intervenções necessárias na rede em baixa e alta das águas residuais, da responsabilidade das Águas do Norte e da Vimágua. Assim, disse que a faturação, à VIMÁGUA, pela Águas do Norte, com base nos caudais tratados, e a implementação da Tarifa Social da Água, explicam a queda de resultados da VIMÁGUA. Contudo, acrescentou que esta descida nos resultados traduz-se num benefício, quer ambiental, quer social, originando um melhor serviço público prestado à população. A este propósito, disse, ainda, que as tarifas de saneamento em “alta” da responsabilidade das Águas do Norte estão sempre a aumentar; c) - Sobre a intervenção do Vereador Hugo Ribeiro disse que importava recordar o investimento excecional de requalificação dos serviços complementares de saúde termal, recordando, também, a qualidade do serviço prestado pela Cooperativa Taipas Turitermas; d) - Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo e o eventual apoio às entidades do perímetro autárquico, disse que estava atento e no terreno, referindo ter já reunido com os representantes das empresas municipais e cooperativas para se inteirar dos problemas e refletir sobre soluções. Apontou, desde já, a necessidade de virem a ser alterados os contratos-programa, entretanto celebrados com aquelas entidades, no sentido de os ajustar à realidade. Referindo-se à Cooperativa A Oficina explicou que esta não se depara com um problema financeiro, mas antes de reprogramação e de adaptação do modelo de oferta às circunstâncias atuais. Relativamente à Cooperativa Tempo Livre adiantou que a alteração do contrato-programa incluirá um reforço financeiro, uma vez que as receitas foram quebradas face ao encerramento dos equipamentos desportivos. Confirmou que a Cooperativa Taipas Turitermas recorreu ao regime de lay-off simplificado

parcial na sequência da suspensão das suas atividades, tendo informado que a Cooperativa Tempo Livre recorrerá ao mesmo modelo de proteção dos postos de trabalho. Acrescentou que estes colaboradores poderão exercer funções em Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como em outras instituições de apoio a populações mais vulneráveis, no combate à propagação do surto, podendo, dessa forma, ser compensados da redução de vencimento, caso esta venha a ocorrer. Concluiu, dizendo que na próxima reunião de Câmara, apazada para o dia 20 de abril, poderão vir já a ser discutidas e aprovadas alterações aos contratos-programa em vigor; e) - Disse discordar da intervenção do Vereador Bruno Fernandes no que respeita à designação do Presidente Executivo do Gabinete de Crise e Transição Económica (GCTE), recordando que os grandes propósitos/desígnios, transversais a toda a sociedade vimaranense, têm sempre uma figura externa à estrutura municipal e de aceitação social, dando exemplos como a Capital Europeia da Cultura e a Capital Verde Europeia. Referiu a personalidade de António Cunha definindo-o como um cidadão sábio, experiente e de relacionamento excecional com as diferentes entidades locais, regionais e nacionais. Disse ter reconhecido no Professor António Cunha capacidades de ligação entre os setores empresarial e científico, e o Governo. Referiu que este Plano de Ação foi apresentado em 8 dias e que está em permanente atualização e construção, acrescentando que o Presidente Executivo do GCTE estará sempre em articulação com o Presidente da Câmara, cabendo a este último presidir ao Gabinete. Disse que as medidas tomadas por esta estrutura são transversais a todos os setores, convocando e responsabilizando, dessa forma, todos os Vereadores com competências delegadas. Disse que Guimarães, neste domínio, não estava aquém de qualquer município, pelo contrário, demonstrando trabalho concreto já realizado com o setor empresarial e com a tomada de



11.
fr

decisões concertadas com a legislação emanada pelo Governo. Informou que os Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico e o “Espaço Empresa” estão a trabalhar na instrução de processos, na interpretação de legislação e na ajuda aos empresários, independentemente da dimensão e do setor. Referiu a criação da Plataforma Digital para o Comércio Tradicional e Restauração de Guimarães, de acesso e utilização gratuitas, que visa manter a atividade destas empresas numa altura em que existem elevadas restrições à mobilidade das pessoas. Sobre a questão dos impostos disse que também a Câmara Municipal vai ver reduzida abruptamente, no seu orçamento municipal, esta receita municipal. A propósito, disse considerar injusta a tomada de medidas universais para a população, defendendo o apoio diferenciado, já que existem segmentos do mercado que viram o seu volume de negócios aumentar. Por último, em dia de Quinta-feira Santa, quis deixar uma mensagem de paz, concórdia e esperança de que tudo se vai resolver para que os cidadãos possam continuar a viver com a dignidade que lhes é merecida. -----

Pelas 11:30 horas, o **Vereador André Coelho Lima** informou que neste momento terminava a sua participação na reunião devido a compromissos assumidos, tal como tinha anunciado no princípio da reunião, desejando a todos uma Santa Páscoa, na esperança de que este momento difícil seja ultrapassado. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da **VIMÁGUA** remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos Estatutos da VIMÁGUA e do regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das participações locais, aprovado pela lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório e Contas de 2019, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 16 de março. -----

2. Do ofício da **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2019, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 16 de março. -----
3. Do ofício da empresa **CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA.**, remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do ano de 2019, aprovado pelo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária de 11 de março de 2020 e pela Assembleia Geral em 13 de março de 2020. -----
4. Do ofício da **Cooperativa Tempo Livre** remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2019, aprovado em sessão da Assembleia Geral de Cooperantes, realizada no passado dia 12 de março.
5. Do ofício da **Cooperativa Taipas Turitermas** remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas do Exercício de 2019. -----
6. Do ofício da **Turipenha – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL**, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2019, aprovado pela Assembleia Geral em reunião realizada no passado dia 10 de março. ----
7. Do ofício da **Cooperativa A Oficina** remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2019, aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 16 de março. -----
8. Do ofício da **Cooperativa Fraterna** remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2019, aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 13 de março. -----
9. Do ofício de G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda remetendo a Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único referente ao exercício de 2019 da entidade **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.** ----
10. Do relatório relativo aos apoios concedidos em 2019 ao abrigo do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta



11.

anexa ao livro de atas. -----

11. Do relatório dos apoios concedidos em 2019 ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

12. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de março de 2020, que adjudicou a empreitada designada por **"Reabilitação da Escola de Soutelo - Pinheiro"** ao concorrente **"SENSETEC – Engenharia e Construção, Lda."** pelo preço de €190.002,84 + IVA, para um prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no caderno de encargos. -----

13. Do seguinte despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de março de 2020: **"PANDEMIA DE COVID-19 - CRIAÇÃO DO GABINETE DE CRISE E DA TRANSIÇÃO ECONÓMICA** - Para além de uma situação de emergência sanitária sem paralelo na história recente, o surto pandémico originado pelo novo coronavírus provocou uma grave crise económica já visível no tecido municipal, mas cujos contornos e impactos estão ainda por determinar na sua globalidade. Porém, os efeitos que já se conhecem são suficientes para justificar a necessidade imediata de pensar, criar e implementar medidas de exceção que concorram para a mitigação dos seus impactos económicos com vista, designadamente, à manutenção dos rendimentos das famílias, dos empregos e da atividade comercial, industrial, agrícola e dos serviços. Esse conjunto de medidas terá necessariamente que resultar de uma abordagem holística à realidade económica e social do concelho para, a partir daí, criar um corpo de respostas integradas, inovadoras e que reforcem a osmose entre investigação, conhecimento e produção. Neste sentido, determino: 1) A reunião, com carácter de urgência, do Conselho Consultivo da Economia, alargado a um conjunto de representantes que assegurem uma visão global dos efeitos da pandemia no tecido económico e social do Município; 2) A criação do Gabinete de Crise e da Transição

Económica, com Presidência Executiva do Professor Doutor António Cunha, ex-Reitor da Universidade do Minho, que terá por missão propor um plano integrado de recuperação económica para o Município de Guimarães, a partir do levantamento e estudo dos efeitos verificados e expectáveis da pandemia de COVID-19 no Município de Guimarães.” -----

14. Do Plano de Ação do Gabinete de Crise e da Transição Económica, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CÂMARA – SURTO EPIDÉMICO DE COVID 19 - REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL – ACESSO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “Em 23 de março de 2020, a Câmara Municipal deliberou que, em virtude das medidas de isolamento e distanciamento social decretadas pelo estado de emergência nacional, as suas reuniões passariam a ser não públicas e realizadas através de videoconferência, tendo então ficado o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal incumbido da sua divulgação junto do público e dos órgãos de comunicação social. Em razão do interesse público de que se revestem as deliberações tomadas pelo órgão executivo municipal, considera-se que a continuidade do acesso direto dos representantes dos órgãos de comunicação social às respetivas reuniões favoreceria a sua transparência e asseguraria aos referidos representantes o livre acesso à informação, uma das condições prevaletentes do estado de direito democrático. Assim, considerando que não são colocadas em risco as exigências sanitárias que determinaram a aludida deliberação de 23 de março, proponho que, já a partir da reunião de Câmara aprazada para 9 de



abril de 2020, seja facultado aos representantes dos órgãos de comunicação social, através de plataforma digital, o acesso às reuniões do Órgão Executivo. Atendendo à necessidade de disponibilizar caso a caso o acesso à plataforma digital em que a reunião será realizada e transmitida, será solicitado aos representantes da Comunicação Social que sinalizem o seu interesse em assistir à reunião. Em tudo o mais, serão observadas as regras habitualmente aplicadas nas reuniões de Câmara públicas e presenciais.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA PADRE ANTÓNIO CALDAS -

REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte informação: “No decurso do ano de 2019 decidiu o município proceder à elaboração do projeto de requalificação da Rua Padre António Caldas, uma das principais artérias de entrada e saída da cidade, nomeadamente de e para Fafe e Felgueiras. Essa via, agora totalmente enquadrada no tecido urbano, apresentava défice de infraestruturas que satisfizesse o tipo e nível de serviço para a qual é diariamente solicitada. Dá-se como exemplo a inexistência de passeios, de zonas dedicadas a circulação de bicicletas, iluminação pública adequada a meio urbano, e arranjo paisagístico em algumas bolsas de terreno não devidamente tratados. Esta via continua com características de via primária ou de atravessamento, circunstância essa que foi sendo ultrapassada pela evolução do crescimento urbano ao longo da mesma. Com base nesses pressupostos, foi elaborado internamente o projeto de arquitetura que deu origem à encomenda exterior dos projetos de especialidades. Após a sua conclusão, foi deliberado em reunião de câmara de 31/10/2019 a abertura de procedimento de concurso público para execução da obra com um valor base de €2.831.954,77 + IVA. Nos termos do programa de procedimento, o prazo para apresentação por parte dos interessados de pedidos de

esclarecimentos ou reclamação de erros e omissões era 19/11/2019. Nos mesmos termos, o prazo para pronúncia da Câmara relativamente à aceitação ou recusa dessas reclamações seria a 25/11/2019. Enviadas todas estas pronúncias aos projetistas, começamos a perceber que parte dessas reclamações se verificavam ser de atender alterando significativamente o projeto inicial, para além de nos termos apercebido que havia soluções em que o valor das mesmas era desproporcionado face à intenção de solução projetada (dá-se a título de exemplo a solução da iluminação decorativa de alguns espaços, ou a solução identificada para os pavimentos podotactéis). Com toda esta nova troca de informações entre os intervenientes no processo verificou-se também que havia preços relativos a várias tarefas que estavam sub-orçamentados, o que se traduzia, no final, num preço base irrealista. Com base em todas estas constatações entende-se que por circunstâncias supervenientes e para evitar desperdício de dinheiros públicos, e uma vez que os concorrentes ainda não tinham apresentado as suas propostas, deveria ser anulado este procedimento, procedendo-se à retificação das peças do caderno de encargos, tendo em vista a elaboração de nova proposta para abertura de novo concurso para a mesma obra. Nestes termos, e tendo-se verificado uma modificação significativa no mercado, superveniente ao desencadeamento deste procedimento pré-contratual, e tendo, por isso, sido obtidas, pela entidade adjudicante, informações atualizadas sobre a incorporação de bens na obra a realizar que prejudicam a definição de objeto patenteada, propõe-se a revogação da decisão de contratar, fundada na impossibilidade de produção de uma adjudicação lícita, nos termos da alínea d) do nº1 do art. 79º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o nº 1 do artigo 80º e com o nº 1 do artigo 36º do mesmo diploma. Considerando a necessidade urgente de dar início a um novo procedimento, que se pretende aprovar na próxima



L.

fr

reunião da Câmara Municipal, e a correspondente descativação das verbas cabimentadas ao abrigo do concurso anterior, necessárias para o novo procedimento, propõe-se que a aprovação da revogação da decisão de contratar seja aprovada por despacho do Sr. Presidente, a ratificar na próxima reunião de Câmara.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS - REPERFILAMENTO DA RUA PADRE ANTÓNIO CALDAS –
INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reperfilamento da rua Padre António Caldas, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 21/10/2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22/10/2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder 3.202.187,23 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.94 a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos de 2020. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo autor do projeto em março de 2020. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que os vários projetos das especialidades que constituem a empreitada se encontram numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as

responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas; que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria tornar o trânsito local e residencial, assim como o trânsito de passagem impraticável. Ante o exposto, e considerando o processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores,



L.

conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado o técnico Luís Filipe Vieira Teixeira como gestor do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €3.202.187,23 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chede da divisão de empreitadas; b) Vogal – Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DAS TAIPAS - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de março de 2020, que aprovou a repartição de encargos da empreitada designada em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €500.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.4.2.22. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**Alexandre Barbosa Borges,**

S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 23/03/2020, pelo preço de **€4.696.357,00 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2020 – €487.488,89 + IVA = €516.738,22; Ano de 2021 – €2.718.686,26 € + IVA = €2.881.807,44; Ano de 2022 - €1.490.181,85 + IVA = €1.579.592,76.”**

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DAS TAIPAS – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Requalificação do Centro Cívico das Taipas” seja adjudicada ao concorrente “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”, pelo preço de €4.696.357,00 + IVA, sendo o prazo de execução de 730 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - APOIO À EDIÇÃO DE LIVRO –

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia da Costa pretende proceder à edição de um livro infanto-juvenil sobre Santa Marinha da Costa, onde sejam retratados acontecimentos, personagens e monumentos ligados à freguesia, num documento histórico que tem por objetivo deixar um legado para gerações vindouras. Atendendo aos elevados custos implicados na edição, orçados em €5.000,00, solicita apoio financeiro do Município. Considerando o interesse público de que se reveste a edição em causa, uma vez que implica a investigação histórica da génese da Freguesia e reforça a sua identidade e conhecimento, proponho a atribuição, à Freguesia da Costa, de um subsídio de €3.500,00, destinado a comparticipar na edição de



1.

livro sobre a mesma freguesia.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) – REVALIDAÇÃO –

Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica às áreas de reabilitação urbana (ARU) e operações de reabilitação urbana (ORU) definidas para o município de Guimarães, visando a mesma fixar um ponto de situação do estado atual e perspetivar uma ação futura tendente à valorização e ativação deste “instrumento de planeamento urbanístico”, progressivamente, relevante. Assim, para o município de Guimarães, no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento urbano (PEDU), e posteriormente em 2018, foram fixadas 15 ARU, a saber: a. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Torcato; b. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte; c. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Brito; d. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Ronfe; e. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho; f. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Serzedelo; g. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Lordelo; h. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Moreira de Cónegos; i. Alteração e ampliação da área de reabilitação urbana área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca; j. Alteração e ampliação da área de reabilitação urbana do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros de modo a incluir as zonas das hortas e Cruz de Pedra; k. Área de reabilitação urbana do parque industrial de S. João de Ponte; l. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Pencelo / Selho S. Lourenço; m. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Briteiros Santo Estevão; n. Área de reabilitação urbana do parque industrial da Gandara, Barco; o. Área de reabilitação urbana do centro histórico: área

classificada como património cultural da humanidade pela UNESCO, rua Francisco Agra, avenida General Humberto Delgado e quarteirão da rua de Santo António, rua Gil Vicente e rua Paio Galvão. Fruto do tempo decorrido e das ORU entretanto realizadas, hoje, verifica-se que estão em vigor: 1. Área de reabilitação urbana do centro histórico: área classificada como património cultural da humanidade pela UNESCO, rua Francisco Agra, avenida General Humberto Delgado e quarteirão da rua de Santo António, rua Gil Vicente e rua Paio Galvão; 2. Área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca (com ORU executada e em vigor); 3. Área de reabilitação urbana do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros de modo a incluir as zonas das hortas e Cruz de Pedra (com ORU executada e em vigor); 4. Área de reabilitação urbana do parque industrial de S. João de Ponte (com ORU executada e em vigor); 5. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho (com ORU executada e em vigor); Da experiência adquirida e registada, verifica-se que as ARU são instrumentos referenciadores de áreas prioritárias de intervenção e valor urbanístico, configurando um regime de benefícios fiscais e identificação de objetivos urbanos que podem contribuir para orientar e alavancar investimentos e intervenções de carácter edificatório e urbanístico para melhoria do espaço e ambiente urbanos. Densificadas pelas ORU, as ARU revelam-se suporte instrumental que poderá ser útil à variedade de dinâmica urbanística que o território, em geral, regista. Esta realidade foi constatada ao longo do tempo em que as ARU vigoraram, tendo as mesmas funcionado sobretudo como orientação e referência para todos os agentes que atuam sobre o território e não tanto como indutoras da execução de outros instrumentos de planeamento, nomeadamente ORU) ou inibidoras de investimento público. Assim sendo, no momento atual em que o quadro urbano das “cidades e do território” perspetiva uma atenção



A.

ju

cada vez mais crescente para a reabilitação, a promoção habitacional e assertividade da resposta à atividade económica, em que se encontra em curso a revisão do plano diretor municipal (PDM) – que origina uma oportunidade acrescida e global de “olhar para o território” e densificar os instrumentos de planeamento em vigor – do ponto de vista urbanístico, considera-se oportuno reavaliar todo o processo inerente a estas mesmas ARU (aquelas que já não se encontram em vigor), entendendo-se importante repor e revalorizar as ARU como elemento de referência e orientação urbanísticas, densificando as mesmas (numa fase posterior e em sequência dos trabalhos de revisão do PDM) para, num segundo momento, e de forma hierarquizada, executar e formalizar as respetivas ORU, tornando as ARU “definitivamente em vigor” pelo prazo legal estabelecido. Assim, e no sentido da clarificação e otimização deste instrumento de planeamento disponível, e porque o conhecimento e informação disponíveis não aponta, de forma substancial, para a necessidade de alteração dos limites físicos antes fixados, entende-se propor: **1. Num primeiro momento, revalidação das:** a. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Torcato; b. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Brito; c. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Ronfe; d. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Serzedelo; e. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Lordelo; f. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Moreira de Cónegos; g. Área de reabilitação urbana do parque industrial de S. João de Ponte; h. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Pencelo / Selho S. Lourenço; i. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Briteiros Santo Estevão; j. Área de reabilitação urbana do parque industrial da Gandara, Barco; **2.** No âmbito da revisão do PDM, a reavaliação dos respetivos limites e densificação programática das intervenções a realizar. **3.**

Num segundo momento, execução das ORU referentes a: a. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Serzedelo; b. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Pencelo / Selho S. Lourenço; c. Área de reabilitação urbana do parque industrial da Gandara, Barco; 4. Num terceiro momento, reavaliação da globalidade do processo e fixação das ações a desenvolver futuramente. Desta forma, é convicção de que se clarifica todo este processo de planeamento, prolonga-se mecanismos referenciadores e orientadores da atividade edificatória e urbanística e de incentivos à reabilitação, promoção habitacional e atividade económica, fixando-se uma perspetiva de atuação de planeamento futura faseada e articulada com os trabalhos de revisão do PDM e outros em curso e a realizar.” A ficha síntese da área de reabilitação urbana do Município de Guimarães dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO N.º 3-2020 - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO 1º CEB - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “No âmbito da abertura do procedimento por concurso público n.º 3/20 para a aquisição de serviços de transportes escolares de alunos do 1.º CEB, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização para a repartição dos encargos bem como a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até um valor máximo de €410.732,80 (quatrocentos e dez mil e setecentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano de 2020: setembro a dezembro (84 dias) - €148.713,60 +IVA (6%); Ano de 2021: janeiro a julho (148 dias) – €262.019,20 + IVA (6%).** A despesa enquadra-se na rubrica orçamental com a classificação económica 02.02.10., a que corresponde a proposta de cabimento nº 1633, de 10 de março de



1.

2020. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – SEMINÁRIO VERBO DIVINO – CENTRO DE ACOLHIMENTO E ISOLAMENTO – COMBATE À COVID 19 –

Presente a seguinte informação: “Considerando que: Na sequência da qualificação pela Organização Mundial de Saúde da emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública, o Presidente da República de Portugal declarou, no passado dia 18 de março, o estado de emergência, para todo o território nacional; Por Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril, foi renovada, até ao próximo dia 17 de abril, a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública; A atual pandemia, provocada pelo coronavírus COVID 19, é uma ameaça comum e global, que exige de todas as entidades a máxima responsabilidade e solidariedade; É prioritário reunir todos esforços para impedir a disseminação do coronavírus COVID-19, em articulação com as Autoridades de Saúde e os Serviços de Ação Social e de Proteção Civil da Câmara Municipal de Guimarães, cumprindo todas as recomendações da Direção-Geral de Saúde; A ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Guimarães elevou a exigência do cumprimento das orientações para combater a pandemia da COVID-19, no concelho de Guimarães; O MUNICÍPIO manifestou a necessidade de dispor de um espaço de isolamento profilático que possa ser utilizado para a implementação de um **Centro de Acolhimento em Isolamento** para pessoas em situação de particular vulnerabilidade, sem retaguarda familiar e/ou sem possibilidade de o fazer em condições apropriadas nas suas habitações, que necessitem de cumprir períodos de isolamento profilático ou que tenham necessidade de permanecer em

quarentena, em consequência da identificação por parte da Unidade de Saúde Pública; É premente reforçar a prestação de serviços de saúde à comunidade no contexto da atual pandemia pelo COVID-19; O Seminário Missionário do Verbo Divino, sito na freguesia de Azurém, reúne as condições necessárias para os fins pretendidos pelo MUNICÍPIO; A Congregação do Verbo Divino é proprietária do prédio acima referido, sito na Rua de S. Torcato, n.º 1271º, da Freguesia de Azurém, descrito na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 1131 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2304º, da freguesia de Azurém; A Congregação do Verbo Divino disponibiliza-se a ceder ao MUNICÍPIO o citado imóvel, para o funcionamento de um Centro de Acolhimento em Isolamento; Torna-se assim urgente a celebração de um contrato de comodato com a Congregação do Verbo Divino, que defina a utilização do Seminário Verbo Divino, pelo Município de Guimarães, para a instalação de um Centro de Acolhimento em Isolamento, destinado a pessoas de maior vulnerabilidade que necessitem de cumprir períodos de isolamento profilático ou tenham a necessidade de permanecer em quarentena, pelo período que for considerado necessário como forma de combate e tratamento da COVID 19. Em caso de concordância superior, e conforme disposto na alínea u), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, a celebração do contrato de comodato com a Congregação do Verbo Divino, onde se prevê a cedência da gestão do edifício para as competências do Município de Guimarães, do prédio situado na Rua de S. Torcato, n.º 1271º, da Freguesia de Azurém, descrito na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 1131 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2304º, da freguesia de Azurém, com o valor patrimonial de €2.190.048,99, conforme minuta que se anexa, onde ficarão



11.

a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2020 — Presente a seguinte proposta: “Na sequência da receção do mapa “Comparticipações dos Municípios no orçamento da CIM DO AVE-2020” com a previsão dos custos de funcionamento a serem imputados ao Município de Guimarães, aprovado pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave), submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência da verba, para o ano de 2020, de €110.794,88 (cento e dez mil setecentos e noventa e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), referente aos custos de funcionamento para o ano de 2020. Junto se anexa o quadro dos custos imputados.” O mapa com os custos de funcionamento para o ano de 2020 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

TRÂNSITO – SUSPENSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ZONA DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO NO EIXO VIÁRIO CONSTITUÍDO PELA ALAMEDA DE SÃO DÂMASO (NORTE), LARGO DO TOURAL (NASCENTE), E RUA DE SANTO ANTÓNIO, AO FIM-DE-SEMANA — Presente a seguinte informação: “Em reunião de Câmara de 9 de março foi aprovada a implementação de zona de acesso automóvel condicionado no eixo viário constituído pela Alameda de São Dâmaso (norte), Largo do Toural

(nascente), e Rua de Santo António, ao fim-de-semana, com carácter experimental, no período de 18 de abril a 27 de setembro. A sua deliberação aprovava ainda a submissão a deliberação da Assembleia Municipal a isenção do pagamento de taxas no parque de estacionamento de Camões, associado ao tarifário aplicável ao estacionamento rotativo, nos períodos horários associados ao condicionamento de trânsito – sábados e domingos, das 10h00 às 20h00. Considerando o surto do novo Coronavírus (COVID-19), declarado pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia internacional, não se afigura expectável a implementação desta medida no calendário referido e, como tal, sem fundamento e extemporânea submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a realizar, previsivelmente, durante o mês de abril. Face ao exposto, será de submeter à apreciação Camarária: I. a suspensão da implementação de zona de acesso automóvel condicionado no eixo viário constituído pela Alameda de São Dâmaso (norte), Largo do Toural (nascente), e Rua de Santo António, ao fim-de-semana no período de 18 de abril a 27 de setembro; II. a anulação da proposta de deliberação em Assembleia Municipal, nos termos do art.º 16.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, da isenção do pagamento de taxas no parque de estacionamento de Camões, associado ao tarifário aplicável ao estacionamento rotativo, nos períodos horários associados ao condicionamento de trânsito – sábados e domingos, das 10h00 às 20h00.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA PADRE JOAQUIM SOUSA LOBO - FREGUESIA DE LORDELO – Presente a seguinte proposta: “À Rua Padre Joaquim Sousa Lobo foi submetido um único sentido de trânsito, norte-sul, em 27 de janeiro de 2000, precedida de deliberação camarária de 4 de novembro de 1999, e sancionada pela Assembleia Municipal em 7 de dezembro de 1999. Por forma a incrementar a acessibilidade local dos



L1.

moradores e garantir a melhoria do serviço de recolha de resíduos urbanos, a Junta de Freguesia submeteu proposta de alteração da postura de trânsito no referido arruamento, consignando o tramo inicial da mesma, entre a Rua do Carreiro e a Travessa de Atainde, aprovada em Assembleia de Freguesia, sem prejuízo dos constrangimentos associados ao reduzido perfil transversal no tramo remanescente e entroncamento com a EN 105. Face ao exposto, submete-se à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na Rua Padre Joaquim Sousa Lobo, freguesia de Lordelo, conforme postura anexa. A proposta visa incrementar a acessibilidade local dos moradores.” A postura de trânsito e as atas das deliberações dos órgãos autárquicos da Freguesia de Lordelo dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – PROJETO PETIZES FELIZES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES DINAMIZADORAS – Presente a seguinte proposta: “No início do corrente ano letivo, em concertação com a Divisão de Educação, um conjunto de associações desportivas do Concelho propôs-se assegurar respostas na área desportiva destinadas às crianças e alunos inscritos na componente de apoio à família da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a desenvolver em 52 estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo, abrangendo um total de 2.100 alunos – o projeto *Petizes Felizes*. Considerando as atribuições e competências das autarquias em matéria de educação no que respeita à promoção de respostas sociais, através da implementação da componente de apoio à família nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo, nos termos dos artigos 3º a 6º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, bem como a necessidade de assegurar o acompanhamento das crianças e os alunos nos períodos que vão além da componente curricular e durante os períodos de interrupção letiva,

adequando a resposta educativa à organização e necessidades das famílias, mediante a oferta de uma diversidade de atividades relevantes para a formação integral dos alunos, orientadas por princípios de qualidade, adequação pedagógica e de igualdade de oportunidades, a Câmara Municipal abraçou a proposta, em estreita articulação com os agrupamentos de escolas, dada o interesse em proporcionar aos alunos atividades que concorram para o seu desenvolvimento físico. Ademais, esta proposta pressupunha, para aqueles 2.100 alunos, a iniciação à prática de um conjunto de modalidades desportivas menos divulgadas, designadamente judo, karaté, jiu-jitsu, atletismo, ginástica, andebol, rope skipping, rugby e patinagem. A situação de emergência financeira em que se encontram algumas daquelas associações desportivas, mercê da cessação integral das suas atividades ditada pela resposta nacional ao surto pandémico de Covid-19, é agravada pelas contratações efetuadas para assegurar esta resposta aos alunos do 1º ciclo, entretanto suspensa na sequência do encerramento das escolas. Assim, e como forma de acorrer com a máxima celeridade às diversas situações de emergência que as diferentes associações nos fizeram chegar, proponho a atribuição de subsídios abaixo discriminada, como forma de compensar as respetivas entidades pelas despesas entretanto efetuadas no âmbito do projeto Petizes Felizes: -----

| Entidade(s) | Modalidade(s) | Valor do subsídio |
|--|--|-------------------|
| Clube Desportivo Xico Andebol | Andebol | €4.125,00 |
| Guimagym – Clube de Ginástica de Guimarães | Ginástica | €18.375,00 |
| ARCAP – Associação Recreativa e Cultural dos Amigos de Ponte | Judo | €13.620,00 |
| Vitória Sport Clube | Jiu-jitsu (€3.510,00) Atletismo (€5.340,00) | €8.850,00 |
| AJKP – Associação Juvenil Karaté Portugal | Karaté | €3.225,00 |
| Clube Rope Skipping das Taipas | Rope Skipping | €1.360,00 |
| Guimarães Rugby Union Football Club | Rugby | €5.747,00 |



1.

| | | |
|--|-----------|-----------|
| CART – Centro de Atividades Recreativas Taipense | Patinagem | €5.520,00 |
|--|-----------|-----------|

Os montantes indicados correspondem aos propostos aquando do início do projeto, tendo por referência os valores pagos no ano letivo anterior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MARÇO DE 2020 - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa, assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS DO CENTRO SOCIAL DE BRITO – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos em virtude das medidas de isolamento e distanciamento social decretadas pelo estado de emergência nacional podendo vir a ser novamente agendado quando as circunstâncias o permitirem, pelo que a proposta foi retirada. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A AQUISIÇÃO DE UM ELETRODOMÉSTICO – Presente a seguinte informação: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na aquisição de uma máquina de lavar roupa. Após análise desta candidatura e subsequente

estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir: -----

| Nº Processo | Freguesia | Rendimento P/ Capita | Subsídio a atribuir |
|--------------|------------|----------------------|---------------------|
| 229107320/20 | Fermentões | €109,34 | €209,90 |

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio ao requerente, num valor total de **€209,90** (duzentos e nove euros e noventa cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PANDEMIA DE COVID-19 - CANCELAMENTO DE ATIVIDADES

CULTURAIS – Presente a seguinte proposta: “Por meu despacho datado de 11 de março de 2020, seguindo a orientação da Direção-Geral de Saúde e ouvida a Comissão Municipal de Proteção Civil, determinei, como medida preventiva, a suspensão, até 5 de abril, de todos os eventos, atividades e projetos municipais que potenciasses a concentração de pessoas. A evolução da situação pandémica registada desde aquela data, que conduziu, designadamente, ao decreto do estado de emergência nacional, não permite antever a data em que serão levantadas as restrições atualmente vigentes em matéria de organização de eventos públicos suscetíveis de concentrar um número elevado de participantes num mesmo espaço. Porém, o que parece resultar inequívoco de todos os cenários entretanto divulgados é que as medidas de contenção se manterão para além do eventual levantamento do estado de emergência uma vez que, pelo menos até ao advento de uma vacina ou de um tratamento eficaz, os grupos de risco continuarão a sê-lo. Deste modo, não creio que existam condições sanitárias para, de forma responsável, manter a programação cultural prevista até ao Verão,



11.

designadamente aquela que, em maior ou menor número, implicaria sempre a concentração e proximidade de pessoas nos diversos espaços de apresentação. Acresce que muitas destas iniciativas carecem de meses de preparação e produção e que, por isso, existe todo o interesse em decidir desde já pela sua não realização, não apenas como forma de informar artistas e prestadores de serviços, mas também para com eles estudar, quando tal se revele apropriado, outras formas de participação, designadamente para manter a celebração de datas simbólicas. Deste modo, proponho o cancelamento, nos moldes inicialmente previstos, das seguintes iniciativas: - Espetáculo comemorativo do 25 de Abril; - Feira Afonsina 2020, implicando a revogação da deliberação de 9 de março de 2020 que aprovou as respetivas Normas de Participação; - Comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – MEDIDAS EXCEPCIONAIS E TEMPORÁRIAS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS, ÀS EMPRESAS E AO EMPREGO COMO RESPOSTA À SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PROVOCADA PELO CORONAVIRUS – COVID 19 – SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS –

Presente a seguinte proposta: “O surto epidemiológico provocado pelo novo coronavírus ditou uma radical mudança de hábitos de vida e de consumo por parte da generalidade dos Municípios que, por iniciativa própria ou na sequência da declaração do estado de emergência atualmente em vigor, adotaram responsavelmente as orientações das autoridades de saúde, confinando-se aos seus domicílios e reduzindo drasticamente os seus consumos de bens e serviços, que agora praticamente se limitam aos essenciais. Não obstante o surto do Covid 19 estar ainda longe de debelado, os seus relevantes impactos na economia, no emprego e na coesão social já se fazem sentir, sendo visíveis, designadamente, no número de estabelecimentos comerciais que encerraram ou de empresas de prestações

de serviços que suspenderam as suas atividades. Esta situação reclama a adoção de medidas excepcionais destinadas a apoiar as famílias carenciadas ou com diminuição de rendimentos, as empresas ou os profissionais liberais que, neste contexto, terão dificuldades em cumprir compromissos e retomar a seu normal funcionamento, assim como o tecido institucional local, designadamente social, cultural, educativo e desportivo. O Governo da República assumiu já diversas iniciativas legislativas visando a proteção do rendimento das famílias, a conservação dos empregos e a revitalização e relançamento da economia, através de sistemas de apoio às micro e pequenas empresas e profissionais liberais, da criação e reforço de linhas de crédito, do alargamento da base de aplicação do lay-off, entre outras, assim como de extensão e reforço dos instrumentos de apoio social, designadamente nas situações de desemprego, perda de rendimento familiar e carência social. O Município de Guimarães entende dever secundar o esforço encetado pelo Governo, complementando-o no âmbito das suas atribuições e competências e procurando corresponder atempadamente a uma crise sem paralelo na nossa história democrática, a exigir uma resposta à altura por parte das autoridades públicas. Para além do esforço disciplinado de manter em pleno funcionamento os serviços municipais mais indispensáveis e essenciais à qualidade de vida, proteção e segurança das populações o Município de Guimarães, por seus despachos de 11, 14, 21 e 27 de março, adotou um conjunto de medidas de mitigação da crise social e económica, despachos que se anexam e se apresentam à aprovação do executivo municipal, mediante ratificação (**Docs. 1 a 4**), nos termos do n.º 3, do art.º 35º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Ainda neste mesmo contexto, e ao abrigo dos princípios da proporcionalidade, da justiça e da razoabilidade e da boa-fé, ínsitos na ideia de Estado de direito democrático expressa no art.º 2.º da



L1.

Constituição da República Portuguesa, princípios que também encontram consagração nos artigos 18.º, n.º 2, e 266.º, n.º 2, e no art.º 55º da Lei Geral Tributária, nas alíneas g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º, nas alíneas ee) e ff) do art.º 33.º da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no art.º 16.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, também, na sua redação atual, **proponho** que o executivo municipal aprove o seguinte conjunto de medidas, tendo em vista mitigar os efeitos da crise social e económica gerados pelo efeito da pandemia COVID-19, destinado a famílias, empresas, incluindo todas as que se encontram em lay-off, independentemente da sua dimensão, e instituições em dificuldade: **1 – Diferimentos na liquidação de receitas municipais** - Permitir a liquidação diferida das seguintes receitas municipais abaixo identificadas, as quais devem ser pagas até ao máximo de 18 prestações, sem juros nem penalizações, mediante requerimento dos interessados: a) Das rendas devidas por todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais que se encontrem encerrados, nomeadamente as lojas instaladas na Plataforma das Artes e da Criatividade, denominados “Ateliês Emergentes”; b) Das rendas devidas pela ocupação do espaço de restauração instalado no Avepark; c) Do valor das prestações anuais a pagar pelos superficiários dos lotes do Avepark; d) Das rendas devidas pela ocupação do Hotel da Oliveira; e) Das taxas de publicidade devidas pelos estabelecimentos comerciais e empresas do setor publicitário. Nestas situações foi entendido que, embora os estabelecimentos estejam encerrados, por determinação legal, por decisão municipal ou por decisão dos respetivos exploradores, o certo é que os espaços continuam a estar na disponibilidade dos seus ocupantes e a publicidade continua afixada em local visível pelo público, nomeadamente nos outdoors que o Município autorizou. Assim, no que respeita às rendas, entende-se que estas situações poderão vir a ser enquadradas na legislação

anunciada no que respeita ao apoio ao arrendamento, pelo que nesta fase se considera adequado dever aguardar-se pela sua publicação, assim garantindo a equidade com os restantes arrendatários dos demais espaços comerciais, públicos ou privados. Quanto às taxas de publicidade, e uma vez que esta continua afixada em local visível pelo público, mantém-se o sinalagma que legitima a cobrança das respetivas taxas municipais. **2 – Isenções de taxas** - Conceder as seguintes isenções, ao abrigo do n.º 8 do art.º 56.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais: a) Das taxas relativas à ocupação de espaço público (esplanadas e toldos) dos sujeitos passivos que exploram os estabelecimentos ligados à restauração e outros que encerraram por determinação legal ou por decisão municipal; b) Das taxas relativas aos espaços em funcionamento no Mercado Municipal, nomeadamente lojas de produtos não essenciais, bar e terrado entretanto encerrados; c) Das taxas relativas à loja de flores inserida no cemitério da Atouguia, que encerrou por determinação legal. d) Das taxas cobradas aos operadores de transporte público que ocupam escritório/bilheteira na Estação Central de Camionagem (ECC), e utilizam os cais de embarque que lhes estão adstritos. Nestas situações foi entendido que, tendo os estabelecimentos encerrado por determinação legal ou por decisão municipal, mas mantendo-se a licença de ocupação dos espaços públicos, não se deveriam cobrar as respetivas taxas concedendo-se assim a sua isenção. **3 – Suspensão da liquidação de receitas municipais** - Suspende a liquidação das seguintes receitas, porquanto a respetiva atividade não está a ser exercida: a) Das taxas da Feira Retalhista de Guimarães, que foi encerrada por decisão municipal a partir do dia 12 de março; b) Das contrapartidas devidas pela ocupação das salas adstritas à incubadora Municipal Set.Up Guimarães: LabPac (PAC) e TecPark (Avepark); c) Da tarifa de gestão de resíduos urbanos a estabelecimentos que se



11.

encontram encerrados por determinação legal ou por decisão municipal, mediante requerimento dos interessados, de 1 de abril a 30 de junho, considerando a não produção de resíduos por força do encerramento das instalações. Nestas situações foi entendido que, tendo os espaços encerrado por determinação legal ou por decisão municipal, os seus ocupantes não podem exercer a sua atividade, isto é, os espaços não estão na disponibilidade dos seus ocupantes, não existindo, assim, o sinalagma que legitima a cobrança das respetivas taxas municipais. **4 - Prazos de suspensão, liquidação diferida e isenção de taxas, preços ou outras receitas municipais** - O período de suspensão, liquidação diferida e isenção de taxas, preços ou outras receitas municipais, referidos nos números anteriores, e com exceção da tarifa de gestão de resíduos urbanos, tem início, com efeitos retroativos, a 1 de março de 2020 e termina a 30 de junho de 2020. Nessa data será reavaliada a situação económica e social do país e ponderada a sua eventual prorrogação ou mesmo outras medidas que se revelem necessárias, que complementem as que agora se propõem. **5 – Ratificação de medidas** - **Proponho**, ainda, que se ratifiquem as seguintes medidas já implementadas: a) suspensão da aplicação do art.º 7.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e do art.º 6.º do Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais, que preveem o pagamento em parcometros e parques de estacionamento explorados diretamente pelo Município ou pela empresa municipal VITRUS AMBIENTE; b) Apoios concedidos pelo Município a diversas entidades, no âmbito dos serviços prestados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, em parceria com as entidades da administração central, dotando-as dos recursos e meios essenciais para fazer face a necessidades emergentes, ao abrigo das alíneas u) e bbb) do art.º 33º da referida Lei nº 75/2013. Os meios disponibilizados e os valores despendidos com este apoio serão, no final da intervenção,

apresentados a aprovação e ou conhecimento do executivo municipal, em conformidade com as respectivas competências. As propostas constantes dos pontos 2 e 5 alínea a), devem ser submetidos a ratificação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas b) e g), do n.º 1, do art.º 25º da aludida Lei nº75/2013, no art.º 16º da referida Lei nº 73/2013 e n.º 8 do art.º 56º do referido Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, e tendo em atenção os n.ºs 3 e 5 do art.º 164º do Código do Procedimento Administrativo.

6 – Informação sobre outras medidas já implementadas - Recurso ao teletrabalho na generalidade dos serviços municipais, com vista a assegurar a continuidade do seu funcionamento na resposta a necessidades e solicitações dos cidadãos e entidades que com eles se relacionam; - No caso particular dos serviços de licenciamento urbanístico, foi criada a possibilidade de receção de documentação em suporte de papel, mediante articulação realizada em atendimento presencial a agendar. A medida visa apoiar toda a fileira de arquitetos, projetistas, promotores e construtores, essenciais à recuperação do emprego e da economia; - A VIMÁGUA, E.I.M., S.A., em consonância com as orientações do Município, adotou já um conjunto de medidas de apoio às famílias, às empresas e instituições que foram amplamente divulgadas através dos meios de comunicação social e que constam do site daquela empresa, para eventual consulta dos interessados, que se anexam (**Doc. 5**); Salienta-se que as famílias que vejam reduzidos os seus rendimentos neste período de emergência nacional, beneficiam da tarifa social da água, desde que reúnam as respetivas condições (art.º 2º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, e deliberação da Assembleia Municipal de 3 de maio de 2019), devendo, para esse efeito, apresentar requerimento junto da Câmara Municipal ou da VIMÁGUA. Recorda-se que o benefício concedido corresponde à isenção do pagamento dos primeiros 5m³ de água consumida,



apoio de que já beneficiam, nesta data, 8325 famílias. - Criação do Gabinete de Crise e da Transição Económica, constituído por despacho de 29 de março de 2020, presidido pelo Prof. Doutor António Cunha, para configuração do Plano Integrado de Recuperação Económica do Município, sua implementação e monitorização; - Criação de um gabinete de informação e apoio às entidades que pretendam candidatar-se aos apoios disponibilizados pelo Governo, designadamente nas áreas da Cultura e do Turismo; - Fornecimento de refeições para os alunos de Escalão A do pré-escolar e 1º Ciclo que o solicitem, com entrega por takeaway, existindo condições para o fazer a todos os alunos do Escalão A ou outros que comprovadamente revelem esta necessidade; - Acolhimento de crianças filhas de profissionais de saúde, elementos das forças de segurança e trabalhadores de outros serviços essenciais, garantindo horário e alimentação conforme as necessidades familiares; - Reforço, em um milhão de euros, do orçamento da Proteção Civil, para financiar o apoio que tem sido e continuará a ser prestado a inúmeros Estabelecimentos de Saúde, Freguesias, Instituições e Municípios para prevenção e proteção, nomeadamente com transporte, alimentação e aquisição de material profilático (luvas, máscaras, batas, material de desinfeção e ventiladores). Este material será utilizado no Serviço de Socorro que será prestado no âmbito da sua ação junto da população, sendo parte dele disponibilizado às instituições do concelho de Guimarães e ao Hospital de Nossa Senhora da Oliveira; - Apoio às instituições que acolhem idosos para a realização de testes de diagnóstico, nos casos em que a autoridade de saúde não tenha condições para o assumir; - Criação, no Centro de Saúde da Amorosa, da Área Dedicada para avaliação e tratamento de doentes COVID-19, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave; - Criação, em colaboração com a CERCIGUI, de um espaço de acolhimento para os Sem

Abrigo; - Disponibilização de instalações de acolhimento destinadas a assegurar o isolamento profilático de pessoas sem retaguarda familiar ou sem condições de habitação para o efeito, através da instalação de um centro de acolhimento em isolamento no Seminário do Verbo Divino, em parceria com a Congregação do Verbo Divino, e no Centro de Criação de Cadoso; - Criação da Rede de Apoio Social de Emergência, promovida conjuntamente pelo Banco Local de Voluntariado da CMG e pela Cruz Vermelha Portuguesa, com o apoio da Fraternidade de Nuno Álvares, do Corpo Nacional de Escutas, da Casa da Juventude e dos White Angels; Dotada de linhas telefónicas dedicadas, esta Rede responde às necessidades básicas das pessoas isoladas ou em situação de vulnerabilidade assegurando a distribuição de alimentos e medicamentos, bem como apoio psicológico; - Apoio à Plataforma de Serviços Clínicos criada pela Escola de Medicina da Universidade do Minho, um serviço clínico digital sobre a COVID-19, para atendimento generalizado e gratuito à população. Integrado no Centro de Medicina Digital P5, o serviço está disponível para todos e pode ser acedido através da página www.p5.pt/helpdesk. **7 – Informação sobre medidas a implementar** - Instalação de um Hospital de Retaguarda no Multiusos de Guimarães, com possibilidade de ampliação da sua capacidade na Academia de Ginástica, para assistência hospitalar a doentes com menor gravidade, libertando o Hospital Senhora da Oliveira para os casos graves; - Monitorização e avaliação dos impactos da atual situação nas entidades em que o Município exerce influência dominante, designadamente nas áreas da Cultura e do Desporto, com vista a verificar a necessidade de proceder a reajustamentos nos respetivos contratos programa; - Avaliação dos impactos deste surto pandémico nas diversas instituições sociais do Concelho, com vista à atribuição de subsídios extraordinários que permitam compensar o alargamento e o reforço do imprescindível apoio social que prestam; -



1.

mu

Levantamento (em curso) das necessidades de ferramentas informáticas necessárias à aprendizagem escolar à distância para que possamos apoiar as famílias com incapacidade económica para a sua aquisição; a aplicação desta medida está dependente das decisões do Ministério da Educação, considerando as possibilidades já aventadas de regresso aos estabelecimentos escolares dos alunos que frequentam o ensino secundário e de frequência de tele escola por parte dos restantes. - Avaliação, pela empresa municipal de habitação social CASFIG, das necessidades dos agregados familiares residentes nos empreendimentos sociais, tendo em vista propor eventuais medidas de apoio complementares justificadas por diminuição de rendimentos; - Avaliação, pela empresa municipal de habitação social CASFIG, das necessidades dos restantes agregados familiares residentes no concelho de Guimarães, com vista a eventual apoio com subsídio ao arrendamento, nos termos do Regulamento de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, nos casos em que se verifique uma diminuição de rendimentos associada ao surto pandémico; - Criação da Plataforma Digital para o Comércio Tradicional e Restauração de Guimarães, de acesso e utilização gratuitas, tendo em vista manter a atividade destas empresas numa altura em que existem elevadas restrições à mobilidade das pessoas. Este conjunto de apoios e medidas dirige-se às necessidades mais urgentes identificadas no Município e estará sujeito a monitorização permanente com vista, se se justificar, à sua revisão e melhor adaptação à evolução da crise pandémica. São medidas muito centradas em responder em tempo útil a uma emergência municipal nos planos sanitário, social e económico, mas que certamente não evitarão a necessidade de tomar outras medidas que se dirijam aos efeitos mais mediatos e duradouros da pandemia no tecido social, institucional e empresarial do Município. Agradeço a solidária, disponível e muitas vezes corajosa determinação com

que tantos e tantos trabalhadores, empresas, beneméritos, instituições, cidadãos e profissionais de saúde se aliaram neste combate. Finalmente, manifesto o profundo reconhecimento do Município aos Vimaranenses pela postura cívica que adotaram, dando o mais decisivo contributo para conter a propagação viral e salvar vidas." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS PROPOSTAS CONSTANTES DOS PONTOS 2 E 5 ALÍNEA A). ----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E CINQUENTA E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Domínio Público
Francisco Sá